



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE

JOÃO PAULO II

PARA A CELEBRAÇÃO DO

XXXIII DIA MUNDIAL DA PAZ¹ DE JANEIRO DE 2000

« PAZ NA TERRA AOS HOMENS, QUE DEUS AMA! »

1. Este é o anúncio feito pelos Anjos quando, há 2000 anos, nasceu Jesus Cristo (cf. *Lc 2,14*) e que ouviremos ressoar jubilosamente na noite santa de Natal, noite da solene abertura do Grande Jubileu.

Esta mensagem de esperança, que nos chega da gruta de Belém, queremos oferecê-la ao início do novo milénio: Deus ama todos os homens e mulheres da terra e dá-lhes a esperança de um tempo novo, um tempo de paz. O seu amor, plenamente revelado no Filho encarnado, é o fundamento da paz universal. Acolhido no mais íntimo do coração, esse amor reconcilia cada um com Deus e consigo mesmo, renova as relações entre os homens e gera aquela sede de fraternidade que é capaz de afastar a tentação da violência e da guerra.

O Grande Jubileu está indissolúvelmente ligado com esta mensagem de amor e reconciliação, que traduz as mais autênticas aspirações da humanidade do nosso tempo.

2. Tendo pela frente um ano tão denso de significado, a todos renovo cordialmente os meus votos de paz. A todos declaro que a paz é possível. Há-de ser implorada como um dom de Deus, mas também, com a sua ajuda, construída dia-a-dia através das obras da justiça e do amor.

Certamente são muitos e complexos os problemas que tornam árduo e tantas vezes desalentador o caminho da paz, mas esta constitui uma exigência profundamente enraizada no coração de cada homem. Por isso, não deve esmorecer a vontade de procurá-la. Na base de tal busca, há-de estar a certeza de que a humanidade, apesar de ferida pelo pecado, pelo ódio e pela violência, é

chamada por Deus a formar *uma única família*. Este desígnio divino deve ser reconhecido e secundado, promovendo a busca de relações harmoniosas entre as pessoas e os povos, numa cultura comum de abertura ao Transcendente, de promoção do homem e de respeito pela natureza.

Esta é a mensagem de Natal, esta é a mensagem do Jubileu, estes são os votos que formulo no início de um novo milénio.

Com a guerra, quem perde é a humanidade

3. No século que deixámos para trás, a humanidade foi duramente provada por uma sequência infinda e horrenda de guerras, conflitos, genocídios, « limpezas étnicas », que causaram sofrimentos indescritíveis: milhões e milhões de vítimas, famílias e países destruídos, vagas de refugiados, miséria, fome, doenças, subdesenvolvimento, enorme perda de recursos. Na raiz de tanto sofrimento, está uma lógica de prepotência, alimentada pelo desejo de dominar e explorar os outros, por ideologias de poder ou utopia totalitária, por nacionalismos insensatos ou antigos ódios tribais. Às vezes foi necessário opor resistência armada à violência brutal e sistemática que mirava inclusive ao extermínio total ou à sujeição de povos e regiões inteiras.

O século XX deixa-nos em herança sobretudo uma advertência: *as guerras são frequentemente causa de outras guerras*, porque alimentam ódios profundos, criam situações de injustiça e espezinham a dignidade e os direitos das pessoas. Em geral, não resolvem os problemas que as motivaram; e, por isso, além de terrivelmente devastadoras, são também inúteis. *Com a guerra, quem perde é a humanidade*. Só na paz e com a paz é que se pode garantir o respeito da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos inalienáveis.(1)

4. No cenário de guerra do século XX, *a honra da humanidade foi salva por aqueles que falaram e trabalharam em nome da paz*.

Éforçoso recordar quantos — e são inúmeros — contribuíram para a afirmação dos direitos humanos e a sua solene proclamação, para a derrota dos totalitarismos, para o fim do colonialismo, para o avanço da democracia, para a criação de grandes organismos internacionais. Ofereceram-nos exemplos luminosos e proféticos aqueles que orientaram as suas opções de vida pelo valor da não-violência. O seu testemunho de coerência e fidelidade, mantido muitas vezes até ao martírio, deixou escritas páginas esplêndidas e ricas de lições.

Entre os que agiram em nome da paz, há que incluir aqueles homens e mulheres que, com o seu desvelo, tornaram possíveis grandes progressos em todos os campos da ciência e da técnica, consentindo vencer doenças terríveis, melhorar e prolongar a vida.

Não posso ainda deixar de mencionar também os meus Predecessores, de venerável memória,

que guiaram a Igreja no século XX. Com o seu magistério sublime e a sua acção incansável, guiaram a Igreja na promoção de uma cultura de paz. Emblemática dessa multiforme acção, é a intuição feliz e clarividente de Paulo VI que instituiu, em 8 de Dezembro de 1967, o Dia Mundial da Paz. Ano após ano, foi-se consolidando como uma experiência fecunda de reflexão e planificação em comum.

A vocação de ser uma única família

5. « *Paz na terra aos homens, que Deus ama!* » Este voto evangélico sugere-nos uma pergunta veemente: o século que agora começa decorrerá sob o signo da paz e da fraternidade restabelecida entre os homens e povos? Não podemos certamente prever o futuro; mas é possível estabelecer este princípio impelente: *haverá paz na medida em que toda a humanidade for capaz de redescobrir a sua vocação primordial de ser uma única família*, na qual a dignidade e os direitos das pessoas — de qualquer estado, raça, religião — sejam afirmados como anteriores e predominantes relativamente a qualquer diferenciação e especificação.

Uma tal consciência pode proporcionar alma, sentido e orientação ao contexto mundial actual, caracterizado pelos dinamismos da globalização. Ainda que não isentos de riscos, tais dinamismos contêm oportunidades extraordinárias e promissoras que apontam precisamente para a meta referida, ou seja, para fazer da humanidade uma só família, fundada sobre os valores da justiça, da equidade, da solidariedade.

6. Mas, para isso, é necessário realizar uma inversão de perspectiva: em tudo há-de prevalecer, não o bem particular duma comunidade política, étnica ou cultural, mas o bem da humanidade. A prossecução do bem comum duma comunidade política particular não pode estar em contraste com *o bem comum da humanidade inteira*, expresso no reconhecimento e no respeito dos direitos humanos sancionados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Por isso, há que superar as concepções e práticas, frequentemente condicionadas e determinadas por fortes interesses económicos, que subordinam ao dado absolutizado da nação e do Estado qualquer outro valor. Nesta perspectiva, as divisões e diferenças políticas, culturais e institucionais, em que se articula e organiza a humanidade, são legítimas na medida em que se harmonizem com a pertença à família humana e consequentes exigências éticas e jurídicas.

Os crimes contra a humanidade

7. Deste princípio, deriva um corolário de enorme valor: *quem ofende os direitos humanos, ofende a consciência humana enquanto tal*, ofende a própria humanidade. Por isso, o dever de tutelar tais direitos transcende as fronteiras geográficas e políticas dentro das quais são espezinhadados. *Os crimes contra a humanidade não podem considerar-se assunto interno duma nação*. A instituição em acto de um Tribunal Penal Internacional para julgar esses crimes, qualquer que seja a forma e o lugar onde se verifiquem, é um passo importante nessa direcção. Devemos dar

graças a Deus por continuar a crescer, na consciência dos povos e das nações, a convicção de que os direitos humanos, porque universais e indivisíveis, não têm fronteiras.

8. No nosso tempo, têm vindo a diminuir as guerras entre os Estados. Este facto, de per si consolador, fica duramente redimensionado, quando se consideram os conflitos armados que existem *dentro dos Estados*. E, infelizmente, são muito numerosos, presentes praticamente em todos os Continentes e, não raro, violentíssimos. A maior parte deles tem remotos motivos históricos de natureza étnica, tribal ou mesmo religiosa, aos quais se vêm juntar actualmente outras razões de natureza ideológica, social e económica.

Estes conflitos internos, geralmente disputados com uma utilização impressionante de armas de pequeno calibre ou de armas chamadas « ligeiras » mas de facto tremendamente letais, têm muitas vezes graves implicações que ultrapassam as fronteiras do Estado, envolvendo interesses e responsabilidades externas. Embora seja verdade que, pelo seu alto grau de complexidade, é muito difícil compreender e avaliar as causas e os interesses em jogo, um facto, porém, resta incontestável: quem sofre as consequências mais dramáticas desses conflitos são as *populações civis*, devido, para além do mais, à inobservância prática quer das leis comuns quer das próprias leis da guerra. Em vez de serem protegidos, os civis são muitas vezes o primeiro alvo das forças contrapostas, se é que não acabam mesmo por ser envolvidos em acções armadas directas, numa perversa espiral que faz deles simultaneamente vítimas e verdugos de outros civis.

Demasiados e horríveis foram, e continua a ser, os cenários sinistros onde crianças, mulheres e idosos indefesos se tornam, sem culpa alguma e contra a sua vontade, vítimas preferidas dos conflitos que ensanguentam os nossos dias; são realmente demasiados para não ver que chegou o momento de mudar de rumo, com decisão e grande sentido de responsabilidade.

O direito à assistência humanitária

9. Seja como for, perante situações tão dramáticas e complexas há que defender, contra todas as supostas « razões » da guerra, o *valor preponderante do direito humanitário e, por conseguinte, o dever de garantir o direito à assistência humanitária* das populações que padecem a guerra e dos refugiados.

O reconhecimento e efectivo cumprimento destes direitos não deve ficar sujeito a interesses de qualquer uma das partes em conflito. Pelo contrário, há o dever de individualizar todos os modos, sejam institucionais ou não, que possam concretizar da melhor forma possível os objectivos humanitários. De facto, a legitimação moral e política de tais direitos assenta no princípio, segundo o qual o bem da pessoa humana tem precedência sobre tudo o resto e transcende qualquer instituição humana.

10. Desejo reiterar aqui a minha profunda convicção de que, à vista dos conflitos armados

modernos, o instrumento da negociação entre as partes, com *oportunas intervenções de mediação e pacificação levadas a cabo por organismos internacionais e regionais*, reveste-se da máxima relevância, quer para prevenir os conflitos quer, uma vez desencadeados, para fazê-los cessar, restabelecendo a paz através dum justo equilíbrio dos direitos e dos interesses em jogo.

Esta convicção acerca do papel positivo de organismos de mediação e pacificação estende-se às organizações humanitárias não governamentais e às organizações religiosas, que, discreta e desinteressadamente, promovem a paz entre os vários grupos, ajudam a superar antigos rancores, a reconciliar inimigos e a abrir a estrada para um futuro novo e comum. Ao mesmo tempo que presto homenagem à sua nobre dedicação pela causa da paz, desejo louvar, em sentida lembrança, todos aqueles que deram a vida para que outros pudessem viver: por eles, elevo a Deus a minha oração e convido os crentes a fazerem o mesmo também.

A « ingerência humanitária »

11. Quando, evidentemente, as populações civis correm o risco de sucumbir sob os golpes de um injusto agressor e de nada servirem os esforços feitos pela política e pelos meios de defesa não violenta, é legítimo e até forçoso empreender iniciativas concretas para desarmar o agressor. Tais iniciativas, porém, devem ser circunscritas no tempo e precisas nos seus objectivos, conduzidas no pleno respeito do direito internacional, garantidas por uma autoridade reconhecida a nível supranacional e, em todo o caso, nunca deixadas à mera lógica das armas.

Por isso, é preciso fazer o máximo e o melhor uso do que está previsto na Carta das Nações Unidas, definindo sucessivamente os instrumentos e modalidades eficazes de intervenção, no quadro da legalidade internacional. A este respeito, a própria Organização das Nações Unidas deve oferecer a todos os Estados membros uma équa oportunidade de participar nas decisões, superando privilégios e discriminações que debilitam o seu papel e credibilidade.

12. Abre-se aqui um novo campo de reflexão e deliberação tanto para a política como para o direito, um campo que — assim todos o esperamos — há-de ser cultivado com ardor e sabedoria. Sem mais adiamentos, é necessária uma *renovação do direito internacional e das instituições internacionais*, que tenha o ponto de partida e o critério fundamental de estruturação no primado do bem da humanidade e da pessoa humana sobre qualquer outra coisa. Tal renovação revela-se ainda mais urgente, quando consideramos o paradoxo da guerra no nosso tempo, incluindo os recentes conflitos, onde ao máximo de segurança dos exércitos correspondiam desconcertantes condições de perigo para as populações civis. Não é legítimo, em tipo algum de conflito, descurar o direito dos civis à sua incolumidade.

Referidas as perspectivas jurídicas e institucionais, permanece fundamental para todos os homens e mulheres de boa vontade, chamados a empenhar-se pela paz, o dever de educarem para a paz, de desenvolverem estruturas de paz e instrumentos de não-violência, de realizarem

todos os esforços possíveis para fazer sentar à mesa das negociações as partes em conflito.

A paz na solidariedade

13. « *Paz na terra aos homens, que Deus ama!* » Da problemática da guerra, o olhar volta-se naturalmente para outra dimensão que lhe está particularmente conexas: *a questão da solidariedade*. A tarefa nobilíssima e difícil da paz, inscrita na vocação da humanidade de ser uma família e de se reconhecer como tal, encontra uma base de apoio no princípio do destino universal dos bens da terra, princípio que não tira legitimidade à propriedade privada, mas abre a concessão e gestão da mesma à sua imprescindível função social, em benefício do bem comum e especialmente dos membros mais débeis da sociedade. (2) Infelizmente este princípio fundamental está muito descuidado, como o demonstra a persistência e aumento do desnível entre o « Norte » do mundo, cada vez mais saturado de bens e recursos e formado por um número sempre maior de idosos, e o « Sul », onde se concentra a grande maioria das jovens gerações, mas privadas ainda de perspectivas credíveis de progresso social, cultural e económico.

Ninguém se iluda de que a simples ausência de guerra, apesar de tão desejada, seja sinónimo de paz duradoura. Não há paz verdadeira, sem equidade, verdade, justiça e solidariedade. Está destinado à falência qualquer projecto que deixe separados *dois direitos indivisíveis: o direito à paz e o direito a um progresso integral e solidário*. « As injustiças, as excessivas desigualdades de ordem económica ou social, a inveja, a desconfiança e o orgulho que grassam entre os homens e as nações, são uma constante ameaça à paz e provocam as guerras. Tudo o que se faz para combater estas desordens, contribui para edificar a paz e evitar a guerra ».(3)

14. Ao início dum novo século, *a pobreza de biliões de homens e mulheres* é a questão que, em absoluto, mais interpela a nossa consciência humana e cristã; e torna-se ainda mais dramática devido à constatação de que os maiores problemas económicos do nosso tempo não dependem da falta de recursos, mas do facto de que as actuais estruturas económicas, sociais e culturais sentem dificuldade em assumir as exigências dum autêntico progresso.

Com toda a razão, os pobres, quer dos países em vias de desenvolvimento quer dos países prósperos e ricos, « pedem o direito de participar no usufruto dos bens materiais e de fazer render a sua capacidade de trabalho, criando assim um mundo mais justo e mais próspero para todos. A elevação dos pobres é uma grande ocasião para o crescimento moral, cultural e até económico da humanidade inteira ». (4) Vejamos os pobres não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas dum futuro novo e mais humano para todo o mundo.

Urgência duma revisão da economia

15. Nesta linha, é forçoso interrogar-se também sobre o mal-estar crescente que sentem hoje em

dia muitos especialistas e agentes económicos face aos problemas que se levantam no âmbito da pobreza, da paz, da ecologia, do futuro dos jovens, quando reflectem sobre a função do mercado, a omnipresente dimensão monetária e financeira, a separação entre o económico e o social, e outros temas semelhantes da actividade económica.

Chegou talvez o momento de *uma nova e profunda reflexão sobre o sentido da economia e dos seus fins*. A este respeito, torna-se urgente reconsiderar a própria concepção do bem-estar, para que não fique dominada estritamente por uma perspectiva utilitarista, deixando um espaço completamente marginal e excedente para valores como a solidariedade e o altruísmo.

16. Desejo convidar os cultores da ciência económica, os agentes do sector e ainda os responsáveis políticos a darem-se conta da urgência de fazer com que a prática económica e as respectivas políticas procurem o bem de todo o homem e do homem todo. Exige-o não só a ética, mas também uma *sã economia*. Parece, de facto, confirmado pela experiência que o sucesso económico está cada vez mais condicionado pelo facto de serem valorizadas as pessoas e suas capacidades, promovida a participação, cultivados mais e melhor os conhecimentos e as informações, incrementada a solidariedade.

Trata-se de valores que, longe de serem estranhos à ciência e à acção económica, contribuem para fazer delas realidades integralmente « humanas ». Uma economia que não tenha em consideração a dimensão ética nem se preocupe com servir o bem da pessoa — de toda a pessoa e da pessoa toda —, de per si não se pode sequer chamar « economia », entendida como uma gerência racional e proveitosa da riqueza material.

Que modelos de desenvolvimento?

17. Não obstante ser chamada a formar uma única família, a humanidade encontra-se ainda dramaticamente dividida em duas pela pobreza: no início do século XXI, mais de um bilião e quatrocentos milhões de pessoas vivem numa situação de pobreza extrema. Por isso, é particularmente urgente *uma revisão dos modelos que inspiram as opções de desenvolvimento*.

A este respeito, será preciso harmonizar melhor as legítimas exigências da eficiência económica com as da participação política e da justiça social, sem voltar a cair nos erros ideológicos cometidos no século XX. Concretamente, isso significa permear de solidariedade as redes das interdependências económicas, políticas e sociais, que os processos de globalização em acto tendem a aumentar.

Tais processos exigem um *revisão da cooperação internacional em termos de uma nova cultura de solidariedade*. Concebida como semente de paz, a cooperação não pode reduzir-se só à ajuda e assistência — quem sabe se a pensar nas vantagens que advirão dos recursos postos à disposição! Mas, deve traduzir-se num compromisso concreto e palpável de solidariedade, de

modo que torne os pobres protagonistas do seu desenvolvimento e consinta ao maior número possível de indivíduos de dar asas, nas circunstâncias económicas e políticas concretas onde vivem, à criatividade típica da pessoa humana, de que depende também a riqueza das nações. (5)

É preciso, de modo particular, encontrar soluções definitivas para o velho problema da dívida internacional dos países pobres, continuando a garantir ao mesmo tempo os financiamentos necessários para a luta contra a fome, a subnutrição, as doenças, o analfabetismo e a degradação ambiental.

18. Hoje de forma mais urgente que no passado, há necessidade de *cultivar a consciência para os valores morais universais*, a fim de enfrentar os problemas do presente, cuja característica comum é a dimensão mundial que vão assumindo. A promoção da paz e dos direitos humanos, a resolução dos conflitos armados internos e externos aos Estados, a tutela das minorias étnicas e dos migrantes, a salvaguarda do ambiente, o combate contra doenças terríveis, a luta contra os traficantes de droga e de armas e contra a corrupção política e económica são problemas que nenhuma nação é capaz hoje de enfrentar sozinha; dizem respeito a toda a comunidade humana e, por isso, devem ser enfrentados e resolvidos numa acção conjunta.

Deve-se encontrar a estrada para discutir, com uma linguagem compreensível e comum, os problemas postos pelo futuro do homem. O fundamento deste diálogo é a *lei moral universal*, escrita no coração do homem. Seguindo esta « gramática » do espírito, a comunidade humana pode enfrentar os problemas da convivência e caminhar para o futuro respeitando o desígnio de Deus.(6)

Do encontro entre fé e razão, entre sentido religioso e sentido moral, provém um contributo decisivo para o diálogo e a colaboração entre os povos, entre as culturas e as religiões.

Jesus, dom de paz

19. « *Paz na terra aos homens, que Deus ama!* » Por todo o mundo, no contexto do Grande Jubileu, os cristãos estão decididos a comemorar solenemente a encarnação. Ao ouvirem novamente o anúncio feito pelos Anjos no céu de Belém (cf. *Lc 2, 14*), eles lembram a encarnação com a certeza de que Jesus « é a nossa paz » (*Ef 2, 14*), é um dom de paz para todos os homens. As primeiras palavras que Ele dirigiu aos discípulos depois da ressurreição foram: « A paz esteja convosco » (*Jo 20, 19.21.26*). Veio para unir o que estava dividido, para destruir o pecado e o ódio, despertando na humanidade a vocação à unidade e à fraternidade. Ele é, pois, « o princípio e o modelo da humanidade renovada e imbuída de amor fraterno, sinceridade e espírito de paz, à qual todos aspiram ». (7)

20. Neste ano jubilar, a Igreja, movida pela ardente lembrança do seu Senhor, deseja confirmar a

própria vocação e missão de ser, em Cristo, « sacramento », ou seja, *sinal e instrumento de paz no mundo e para o mundo*. Para ela, cumprir a sua missão evangelizadora é trabalhar pela paz. « Assim a Igreja, a única grei de Deus, como um sinal levantado entre as nações, oferecendo o Evangelho da paz a todo o género humano, peregrina em esperança rumo à meta da pátria celeste ». (8)

Assim, para os fiéis católicos, a obrigação de construir a paz e a justiça não é secundária, mas essencial, e há-de ser cumprida com um coração aberto aos irmãos das outras Igrejas e Comunidades eclesiais, aos crentes de outras religiões e a todos os homens e mulheres de boa vontade, com quem partilham a mesma ânsia de paz e fraternidade.

Empenhar-se generosamente pela paz

21. É motivo de esperança constatar como, não obstante muitos e graves obstáculos, continuam diariamente a desenvolver-se iniciativas e projectos de paz, com a generosa colaboração de tantas pessoas. A paz é um edifício sempre em construção. Para a sua edificação concorrem:

- os pais que, em família, vivem e testemunham a paz e para ela educam os seus filhos;
- os professores que sabem transmitir valores autênticos, presentes em todas as áreas do saber e no património histórico e cultural da humanidade;
- os trabalhadores esforçando-se por alargar a sua luta secular pela dignidade do trabalho às novas situações que, a nível internacional, reclamam justiça e solidariedade;
- os governantes que colocam no centro da acção política deles e dos seus países uma determinação firme e convicta pela paz e pela justiça;
- todos aqueles que, nas Organizações Internacionais, muitas vezes com escassez de meios, actuam na primeira linha, onde ser « agente de paz » é empresa arriscada inclusive para a própria incolumidade pessoal;
- os membros das Organizações Não Governamentais que, em diversas partes do mundo e nas mais variadas situações, se consagram, com o estudo e a acção, à prevenção e resolução dos conflitos;
- os crentes, que, convictos de que a fé autêntica nunca é fonte de guerra nem de violência, promovem, através do diálogo ecuménico e do diálogo interreligioso, as razões da paz e do amor.

22. O meu pensamento dirige-se particularmente a vós, queridos jovens, que experimentais de modo especial a bênção da vida e tendes o dever de não malbaratá-la. Nas escolas e nas

universidades, nos locais de trabalho, nos tempos livres e no desporto, em tudo o que fazeis, deixai-vos guiar constantemente por este pensamento: a paz dentro e fora de vós, a paz sempre, a paz com todos, a paz para todos.

Aos jovens que, infelizmente, conheceram a trágica experiência da guerra e experimentam sentimentos de ódio e ressentimento, desejo suplicar-vos: fazei o possível por encontrar novamente o caminho da reconciliação e do perdão. É um caminho difícil, mas é o único que vos permite olhar o futuro com esperança para vós, vossos filhos, vossos países e a humanidade inteira.

Terei ocasião de retomar este diálogo convosco, jovens amigos, quando nos encontrarmos em Roma, no próximo mês de Agosto, durante a Jornada que vos é dedicada.

O Papa João XXIII, num dos seus últimos discursos, dirigiu-se uma vez mais « aos homens de boa vontade » para convidá-los a empenharem-se num programa de paz fundado no « evangelho da obediência a Deus, da misericórdia, do perdão ». E acrescentava: « Então, sem dúvida alguma, a chama luminosa da paz percorrerá a sua estrada, acendendo a alegria e derramando a luz e a graça no coração dos homens sobre toda a superfície da terra, fazendo-lhes descobrir, para além de todas as fronteiras, rostos de irmãos, rostos de amigos ». (9) Possais vós, jovens do ano 2000, descobrir e fazer descobrir rostos de irmãos e rostos de amigos!

Neste Ano Jubilar em que a Igreja se empenhará com súplicas especiais pela paz, voltemo-nos com filial devoção para a Mãe de Jesus, invocando-A como Rainha da paz, para que Ela espalhe largamente os dons da sua bondade materna sobre todo o género humano, ajudando-o a tornar-se uma só família, na solidariedade e na paz.

Vaticano, 8 de Dezembro do ano 1999.

IOANNES PAULUS PP. II

Notas

1) Cf. João Paulo II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 1999, n. 1.

2) Cf. João Paulo II, Carta enc. *Centesimus annus* (1o de Maio de 1991), 30-43: AAS 83 (1991), 830-848.

- 3) Catecismo da Igreja Católica, n. 2317.
- 4) João Paulo II, Carta enc. Centesimus annus, 28: AAS 83 (1991), 828.
- 5) Cf. João Paulo II, *Discurso à ONU no cinquentenário da sua fundação* (5 de Outubro de 1995), 13: *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 14-10-1995), 492-493.
- 6) Cf. *ibid.*, 3: *o.c.*, 491.
- 7) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre a actividade missionária da Igreja Ad gentes, 8.
- 8) Conc. Ecum. Vat. II, Decr. sobre o ecumenismo Unitatis redintegratio, 2.
- 9) Discurso por ocasião da entrega do prémio Balzan (10 de Maio de 1963): AAS 55 (1963), 455.